



J. M.

Reunião extraordinária – Ata n.º 23/2015

Data 2015-10-30

Início 17.05 horas

Local Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 18.30 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:-----

N.º 01 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DOS SMAS DE TOMAR PARA O ANO DE 2016 (7973/ENTE/DAJA/2015 - 1/ENTEXT/PR/2013)-----

N.º 02 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DO PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2016 (1002/PGEN/DF/2015)-----

N.º 03 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS (7975/ENTE/DAJA/2015 - 1/ENTEXT/PR/2013)-----

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 04 – VENDA AMBULANTE - DESPACHO N.º 32/2015, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015 (98/PGEN/PR/2015 - 11/ORGFUN/PR/2013)-----

N.º 05 – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO PARA O ANO DE 2016 (7811/ENTE/DAJA/2015 - 25/ENTEXT/PR/2013)-----

GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

N.º 06 – CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO AO CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOMAR (7033/ENTE/DAJA/2015 - 1/DIVER/GDE/2015)-----



J. M.

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 07 – EMPREITADA DE REPARAÇÃO DA IGREJA E DA PORTARIA DO CEMITÉRIO DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS - Receção provisória (7625/ENTE/DAJA/2015 - 176/CONPUB/DOM/2015) -----

N.º 08 – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE CASAIS E ALVIOBEIRA (7782/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013) -----

N.º 09 – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE PAIALVO (6568/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----

N.º 10 – ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS RELATIVOS AO FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VEDAÇÃO ENTRE ESCOLAS (397/ENTE/DAJA/2015 - 8/EDIESC/DOM/2013) -----

N.º 11 – RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS RELATIVOS A MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS (ESTALEIRO) ASSOCIADOS AO FASEAMENTO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA (398/ENTE/DAJA/2015 - 8/EDIESC/DOM/2013) -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 12 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Pavilhão multiusos – prorrogação do prazo e isenção de taxas – Proc.º 10/2014 (70/PROR/DGT/2015 - 10/EDIF/DGT/2014) ---

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 13 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DE CAMPOS DE TÊNIS – Ténis Clube de Tomar (7532/ENTE/DAJA/2015 - 11/CEDESP/UDJ/2014)-----

Sendo dezassete horas e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião passando a Câmara a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

N.º 01 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR PARA O ANO DE 2016 -----

Foram presentes os documentos referentes às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar para o ano financeiro de 2016, cujas receitas e despesas se encontram devidamente equilibradas em 7.184.971,00€ (sete milhões cento e oitenta e quatro mil novecentos e setenta e um euros), e ao respetivo mapa de pessoal para o ano de 2016, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada a 27 de outubro de 2015. -----



9/11

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar as propostas das Grandes Opções do Plano e Orçamento e do mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar para o ano de 2016, e submetê-las a aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea ccc) do n.º 1 do referido artigo, conjugada com o n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.-----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

N.º 02 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DO PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2016 -----

Foram presentes os documentos referentes às Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano financeiro de 2016, cujas receitas e despesas se encontram devidamente equilibradas em 37.047.646,00€ (trinta e sete milhões, quarenta e sete mil seiscentos e quarenta e seis euros), e ao respetivo mapa de pessoal para o ano de 2016.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar as propostas das Grandes Opções do Plano e Orçamento e do Mapa de Pessoal do Município de Tomar para o ano de 2016, e submetê-las a aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea ccc) do n.º 1 do referido artigo, conjugada com o n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

O Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques apresentou a seguinte declaração de voto: "Desde o ano de 2005 – em que se candidataram aos órgãos autárquicos e obtiveram significativos resultados, que se consolidaram nos mandatos subsequentes – os INDEPENDENTES por TOMAR sempre alertaram para o facto de os Planos de Actividades e os Orçamentos conduzirem a resultados extremamente negativos para o Município. ----- Grande parte desses Orçamentos destinaram-se a liquidar ou a amortizar obras já efectuadas, algumas bem desnecessárias. -----

É certo ainda que, em nossa opinião, a política financeira da Câmara Municipal tem sido caracterizada pelo esbanjamento em obras e acções que não se coadunam com uma gestão



críteriosa e rigorosa.-----

Além da confirmação do crescimento descontrolado das Despesas Correntes, continuamos perante consecutivos exercícios de sobre orçamentação da Receita.-----

Não se vislumbraram ainda nos documentos de gestão medidas e políticas estruturantes que visem objectiva e directamente **incentivar a actividade económica** com a **captação de investimento** e a atracção e fixação de população, pese embora o facto de tal vir expressamente referenciado no documento em apreço. -----

Inexistiram e inexistem políticas e medidas adequadas e eficazes na área do Turismo, que é um sector fundamental para o desenvolvimento económico do Concelho e, por ausência de estratégia, **(para quando o indispensável diálogo com os operadores turísticos? E um encontro ou congresso Turismo/Património?)**, continua pouco potenciado. Fala-se há muito no Parque de Campismo, sem que até ao momento se anteveja sequer um projecto de requalificação. Negligenciou-se a necessidade de um **Parque de Autocarros** na cidade (Várzea Grande), por forma a permitir que quem nos visita desfrute da cidade e do comércio local. Ignora-se a vantagem de existir na cidade um **Parque de Autocaravanas**, por forma a fixarmos por mais dias os muitos turistas que por cá passam e vão embora mais cedo por falta de condições para ficarem.-----

Na **acção social**, constatamos avanços positivos, para além da continuidade das medidas tomadas na área da Educação. É o caso da habitação social onde se retomou a recuperação de imóveis do município que se destinam a habitação social. -----

No entanto, não se constata a existência de uma política consistente, assente numa estratégia bem definida e articulada que vise uma efectiva protecção dos mais carenciados. Devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance **para salvaguardar a dignidade de todo e qualquer dos nossos cidadãos** (afastando qualquer sentimento de xenofobia) através do apoio social e da possibilidade de acesso a uma habitação condigna, pois já basta para muitos deles o "drama" do desemprego e o agravamento da crise económica e social.-----

Na **área cultural e desportiva** aguardamos que se passe das "palavras" à estratégia e à acção (não basta a política do subsídio), pois estamos perante uma gestão inconsequente, que prima pela total **falta de visão estratégica** (que esquece a potencialidade desta área enquanto investimento e gerador de emprego), com uma deficiente coordenação política. -----

Também nunca se vislumbrou uma estratégia que **consolide Tomar no contexto regional**, em resultado de alguns erros cometidos ao nível das opções de investimento, tendo sido confrangedor o subaproveitamento do nosso riquíssimo património histórico, cultural e natural.



J. M.

No **sector das águas e saneamento** reconhecemos a obra que foi feita, mas, porque defeituosamente planeada, se encontra interrompida e entendemos que se devem retomar os investimentos no abastecimento de água e saneamento básico (possíveis por acção concertada com as Águas de Portugal), os quais consideramos como prioritários. -----

No que concerne ao **Mercado Municipal** (cuja abertura esteve prevista para Abril do ano passado), relembramos que nunca se procedeu à elaboração de um **Plano Funcional** que permitisse a **concretização de um projecto**, o que motivou um esbanjamento de recursos, com a realização de inúmeras obras de forma avulsa e ao sabor do improvisado e continua sem cuidar de o dotar com uma nova acessibilidade para a via da Ponte do Flecheiro. -----

Na **área dos resíduos e limpeza urbana** verifica-se a insuficiência de campanhas de sensibilização da população para a gestão dos resíduos, uma baixa frequência dos serviços de recolha selectiva e é notória a insuficiência de pessoal face às necessidades. Tomar, que já foi conhecida como "cidade-jardim", não só deixou de o ser, como passou a ser uma Cidade com jardins vulgares, desleixada e suja, o que muito nos penaliza e entristece. -----

Torna-se necessário não esquecer nem relegar para plano secundário, investimentos e acções que sempre considerámos prioritários, designadamente: -----

- uma adequada **recuperação urbana e revitalização do Centro Histórico**, vítima do esvaziamento populacional, do encerramento de estabelecimentos comerciais e da degradação do parque habitacional, a que acresce a sua descaracterização, com a miscelânea de novos pavimentos e a introdução de passeios, dando-se a primazia à circulação de viaturas em detrimento da vivência pedonal;-----
- a resolução do diferendo com o proprietário da Quinta das Avessadas, tendo em vista a cedência dos terrenos para a **Zona Desportiva**, bem como a **revisão do Plano de Pormenor das Avessadas**;-----
- a intervenção directa (limpeza e despoluição) no **Rio Nabão** e suas margens (no troço urbano entre o Açude de Pedra e o Padrão), a cargo do Município e a liderança de uma intervenção conjugada com o Poder central (INAG) e a encargo deste nos restantes troços (Agroal - Açude de Pedra e Padrão - Foz do Rio);-----
- a necessidade de dar sequência ao adequado reforço da **iluminação pública no Concelho**, a cargo da EDP, que deve dotar o sistema de iluminação pública com lâmpadas de baixo consumo e com temporizadores para evitar desperdícios de energia eléctrica;-----
- o aprofundamento na concretização de um **Plano de Contenção de Gastos e Poupança de Energia**, com a tomada de medidas de poupança de energia e de recursos em todos os



[Handwritten signature]

- Na aquisição de bens e serviços (despesas correntes) (8.145.100,00€) o seu valor **aumenta** 1,64 vezes em relação às realizadas em 2014 (5.261.952,40€). -----
 - O conjunto das Despesas com o Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços representa o custo anual da 'máquina municipal', o qual tem tido um acentuado crescimento nos últimos anos e na previsão para 2016 (19.992.870,00€) verifica-se mais um aumento de 5.740.254,20€ face ao realizado em 2014 (14.252.615,80€) -----
 - O total da Despesa (Corrente + Capital), num montante de 37.047.646,00 euros, representa um **acréscimo** de 13.698.995,04€ face ao realizado em 2014 (23.348.650,96€).-----
 - Quanto à **Receita**, o Orçamento situa-se 14.557.135,25€ acima do executado em 2014 (no anterior Orçamento essa diferença era significativamente inferior - 4,46 milhões de euros - em relação ao executado em 2013).-----
 - As Receitas Totais, orçamentadas em 37,048 milhões de euros, **aumentam** 14,56 milhões de euros face às cobradas em 2014 (22,879 milhões de euros). -----
 - As principais variações verificam-se nas seguintes rubricas: -----
 - a. Impostos Indirectos/Loteamentos e Obras - apresenta uma estimativa para 2016 de 308.500,00€, **superior** a quase quatro vezes e meia o valor arrecadado em 2014 (69.447,86€); -----
 - b. Transferências Correntes - orçamentadas em 12,768 milhões de euros, **crescem** 2,016 milhões em relação ao realizado em 2014 (10,752 milhões de euros); -----
 - c. Transferências de Capital - orçamentadas em 1,787 milhões de euros, **decrecem 0,444** milhões de euros face ao realizado em 2014 (2,231 milhões de euros); -----
 - d. Venda de bens de investimento (terrenos, habitações, edifícios, etc.) - o valor orçamentado de 3.628.000,00€ representa um **crescimento** de 3,365 milhões de euros face ao executado em 2014 (263.493,92€). -----
 - e. Rendas (Rendimentos de propriedades) - orçadas em 5,414 milhões de € - **aumentam** 4,223 milhões de euros em relação à receita cobrada em 2014 (1,191 milhões de euros); -----
 - f. Vendas de bens e serviços - orçamentadas em 6,521 milhões de euros **crescem** 4,109 milhões de euros face ao realizado em 2014 (2,412 milhões de euros);-----
- No Documento continua a não ser disponibilizada informação detalhada sobre a execução do corrente ano de 2015. -----
- Tal omissão, além de incorrecta do ponto de vista técnico, pode indiciar a possibilidade de, mais uma vez, estarmos vez perante um exercício orçamental fantasioso, ou mesmo sem método, nem rigor, principalmente, no que respeita às Receitas. -----



Continuamos perante mais um exercício de sobre orçamentação da Receita, embora muito mais modesto, que os anteriores. -----

Estamos perante um Orçamento que, a concretizar-se a realização de despesas sem a correspondente receita efectiva, só contribuirá para agravar a já inoportável situação financeira do Município. -----

Para 2016 os encargos financeiros ultrapassam os 4,745 milhões de euros, dos quais 2,544 milhões de euros de amortização de empréstimos e 2,109 milhões de euros dos juros desses empréstimos, locação financeira e outros juros e encargos financeiros. -----

Os INDEPENDENTES por TOMAR entendem que é crucial alterar radicalmente as políticas que têm sido seguidas nestes últimos anos para se evitar que o Município se continue a endividar cada vez mais e também para impedir que as despesas de funcionamento mantenham um ritmo de crescimento assustador.-----

Se não houver coragem e capacidade para mudar o rumo político e os errados paradigmas da governação, Tomar será cada vez mais pobre e mais dependente. -----

Verifica-se ainda a carência de medidas objectivas de captação de investimento e de atracção e fixação de população, sendo notória a falta de uma estratégia de desenvolvimento económico e que "busque" esse investimento em vez de ficarem "sentados" à espera que nos batam à porta. -----

Bem como de políticas e de uma estratégia (**conforme atrás referimos**), que consubstancie medidas adequadas e eficazes na área do **Turismo**, que, é um sector fundamental para o desenvolvimento económico do Concelho e, por ausência de estratégia, tem sido votado ao esquecimento. -----

Na **acção social (conforme atrás referimos)**, é fundamental concretizar uma estratégia com políticas consistentes, que visem uma efectiva protecção dos mais carenciados, afectados pelo agravamento da crise económica e social.-----

Na **área cultural e desportiva (conforme atrás referimos)** é crucial uma visão estratégica e necessária uma adequada coordenação política.-----

Tomar que já foi conhecida como "**cidade-jardim**", não só deixou de o ser, como passou a ser uma Cidade com jardins vulgares e com bastante sujidade.-----

Torna-se imperioso concretizar estratégias que **consolidem Tomar no contexto regional**, com adequadas opções de investimento e com o aproveitamento do riquíssimo património histórico e cultural. -----

É prioritário apostar em investimentos a acções, tal como propusemos à população



no documento "Prioridades e Compromissos", a cuja estratégia e opções políticas aí definidas a realidade actual nos vem dar razão. -----

O nosso compromisso do "**Portal da Transparência**", que por proposta nossa foi aprovado por unanimidade no Executivo Camarário, tem sido ignorado pela coligação PS/CDU na sua prática política. -----

Quanto aos compromissos da **Ponte do Carril** (proposta dos IpT de Fevereiro de 2008) e do **Centro Escolar da Linhaceira** (proposta dos IpT de Junho de 2011), estão no caminho certo para serem uma realidade, que todo o executivo apoiou. -----

Urge concluir um outro dos nossos compromissos que é fundamental para o desenvolvimento do nosso concelho - a **revisão do PDM** - a qual se arrasta penosamente há mais de quinze anos, sem fim à vista, o que só denota a falta de coesão/capacidade política e diálogo institucional necessários e fundamentais para a conclusão de tão importante instrumento de gestão territorial. -----

É urgente e impõe-se ter candidaturas para o integral aproveitamento dos financiamentos disponibilizados pelos fundos comunitários para o período que encerra em 2020. -----

EM CONCLUSÃO -----

Como sempre defendemos (mas continua a não ser o caso) o investimento baseado numa estratégia de desenvolvimento económico do Concelho de forma sustentada é fundamental para a comunidade tomarense, famílias, instituições e empresas. -----

Para os INDEPENDENTES por TOMAR, **um Concelho virado para a Comunidade** é essencialmente um concelho virado para as pessoas e, estamos certos, que ninguém tem dúvidas das dificuldade e da dureza da actual conjuntura sócio económica para as famílias tomarenses do ano que se avizinha. -----

Há que dar **apoio às famílias carenciadas** e ter em carteira uma almofada que permita responder de forma expedita aos novos casos de pobreza que diariamente são identificados no nosso concelho. -----

Qual a avaliação que, em consciência, podemos fazer deste orçamento? -----

Para além do atrás exposto, é - em nosso entendimento - fundamental a gestão dos recursos humanos da autarquia, tendo em conta, nomeadamente, a redução anual, que por força da Lei se cifra em 2%. -----

A verdade é que não se percebe como é possível ter actualmente um quadro com 456 trabalhadores e prever-se um novo com 589! -----

Como é possível um acréscimo de 133 trabalhadores no quadro??? Com que



fundamentação, quando o crescimento significativo a que temos assistido é o do aumento de encargos com pessoal!!! -----

Acresce ainda que, a reorganização dos serviços implicará, por certo, a adequação da estrutura orgânica mas nunca – em nosso entendimento – o continuar a ter na “prateleira” quadros técnicos (experientes e qualificados) fundamentais à instituição, num processo que é inaceitável e que tem primado pela falta de dignidade e de respeito para com esses trabalhadores. Nesta “mudança” tudo tem decorrido de forma negativa e sem trazer qualquer mais-valia ou vantagem para o Município. -----

Esperamos sinceramente a bem do Município e dos Tomarenses, que haja capacidade da **coligação PS/CDU, para vir a pôr em prática aquilo que constava dos respectivos programas eleitorais e, desse modo, não frustrar as legítimas expectativas da população**, nem seguir os maus exemplos anteriores, quer autárquicos, quer do Governo do País, em que muito se promete e pouco ou nada se cumpre! -----

Nos documentos previsionais em apreço, há algumas melhorias em relação aos anteriores com o apontar de algumas medidas visando fazer face às crescentes dificuldades socioeconómicas das famílias.-----

A proposta que os INDEPENDENTES por TOMAR assumiram com a população, assente nas **“Prioridades e Compromissos”, em que as nossas políticas se centrariam, fundamentalmente e como atrás explicitámos, no desenvolvimento económico, no âmbito efectivamente social, no Turismo e na Cultura**, mantém plena validade, pelo que, em respeito por tal proposta, sendo certo que a maioria PS/CDU não tem envolvido os eleitos na definição das políticas cruciais para o futuro de Tomar, os INDEPENDENTES por TOMAR, face à proposta de GOP para 2016, abster-se-iam.-----

Mas, tendo em conta a proposta do substancial aumento do mapa de pessoal sem a devida **fundamentação**, pondo em causa a **sua legalidade**, em particular em áreas e categorias profissionais que, no nosso entendimento, não são prioritárias, nem se coadunam com qualquer objectivo de preenchimento de postos de trabalho, cuja carência seja evidente, denotam uma inadequada gestão dos recursos humanos, sem que o interesse público esteja subjacente, com prejuízo para o erário Municipal, os INDEPENDENTES por TOMAR vêm-se compelidos a votar **CONTRA.**” -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

“1. QUESTÃO PRÉVIA -----



Constata-se, mais uma vez, que o documento das GOP apresentado pela Governação PS/CDU não descreve minimamente os investimentos que se pretende levar a cabo, não são descritas as rubricas, limitando-se a fazer considerações genéricas e académicas, com alusões "poéticas" e algumas até encantadoras, mas que não concretiza de que modo se pretende implementar essas mesmas ideias, mais parecendo um documento de propaganda política.----

2. ORÇAMENTO-----

A. RECEITA-----

1. Ao nível da receita observa-se uma redução sistemática e significativa das Receitas de Capital desde 2014, prevendo-se para 2016 apenas 5.612.000€, o que reflecte a falta de planeamento estratégico para a o Concelho e a ausência de projetos no Portugal 2020, resultando num investimento quase inexistente.-----

2. São apresentadas demasiadas rubricas de "outras" com valores muito elevados, casos da rubrica (05.10.99) – Outras – 5.414.000,00€, (07.02.09.99) – Outras – 2.000.000,00€ e assim sucessivamente, parecendo-nos uma violação do princípio da especificação ponto 3.1.1 do Pocal, uma vez que este tipo de rubrica deveria servir para enquadrar algum tipo de receita / despesa que não estão enquadrados nas restantes rubricas;-----

3. Sem os mapas de execução orçamental trimestrais (que a governação PSD fazia questão de publicar) é dúbia a volumetria desta referidas rubricas, podendo-se deduzir que apenas servem para empolar o orçamento.-----

B. DESPESA-----

1. A este nível mais uma vez prevalece a mesma questão das "Outras" rubricas nomeadamente ao nível de Outros serviços. Ao nível da aquisição de serviços a rubrica (02.02.25) – outros serviços- tem inscrito o valor de 1.300.000,00€ sem que haja explicação do porquê.-----

2. Não podemos deixar de realçar o valor elevadíssimo de Outros trabalhos especializados (02.02.20) que tem inscritos 600.000,00€ e dos Estudos, pareceres e consultores (02.02.14) com 310.000€. Para as Despesas com o Pessoal a governação PS/CDU apresenta para 2016 **um aumento de 400.000€**, o que reflete ao aumento significativo dos lugares a prover no quadro pessoal, sem se perceber o objetivo a que se destina.-----

3. Ao nível dos investimentos ressalta a verba para equipamento e software informático no valor de 180.000,00€ que nos parece desproporcionada relativamente a outros investimentos e considerando o fraco ou quase nulo investimento que propõe para 2016.-----

4. Esta governação continua a reafirmar que parte da dívida não se encontrava registada, o



J. A.

que, como já foi amplamente demonstrado, é falso. -----

C. FREGUESIAS-----

Mais uma vez, e como não seria de esperar outra solução por parte da aliança de esquerda PS/CDU, a mesma continua a querer centralizar nas suas "mãos", as políticas e projetos que cada uma das freguesias pretende implementar, violando mais uma vez o princípio da descentralização previsto na CRP. -----

Constata-se neste orçamento, conforme sempre foi defendido pelo PSD, o reforço do apoio às Freguesias, repondo-se as verbas que vinham sendo transferidas.-----

D. DESINVESTIMENTO NO CONCELHO DE TOMAR-----

De salientar nas despesas de capital uma redução no investimento e desenvolvimento económico a realizar no concelho de Tomar, à exceção do aumento de capital na rúbrica da habitação social, o que por si só não traduz qualquer política de melhoria e promoção de habitação social no concelho de Tomar, uma vez que não existe qualquer Plano de Intervenção Habitacional e Social no concelho de Tomar, conforme o PS havia dito na sua campanha eleitoral, **que implementaria em 100 dias e até agora nada fez.** -----

A despesa de capital era de 24.075,379€ em 2013, sendo que para 2016 está previsto apenas € 13.125.226€, logo menos **10 milhões de Euros.** -----

E. ENGANADORA REDUÇÃO DA DESPESA-----

Em 2013 o orçamento era repartido 50% em despesas de capital e 50% em despesas corrente e neste orçamento temos 35% de despesa de capital de 65% de despesa corrente, o que traduz um maior peso da despesa corrente no Orçamento CMT. -----

Concluimos assim, que o orçamento é enganador, não existe uma verdadeira e real redução da despesa e o investimento em Tomar fica completamente comprometido. -----

Não se percebe a política deste orçamento, que afinal não quer qualquer investimento para o concelho de Tomar, sendo semântico e enganador quanto à habitação social, uma vez que nas Grandes Opções do Plano não vem descrita qual a política concreta de intervenção que nesta área se pretende implementar. -----

3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO-----

Perante as opções do Plano e Orçamento que nos são presentes, para análise e votação, para o ano de 2016, entendem os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata deixar expressa a seguinte posição: -----

O Poder Local é uma realidade dinâmica e deve saber adaptar-se ao enquadramento económico e social de cada momento o que impõe uma agenda autárquica flexível e atenta à



realidade existente. Daí que se esperava para 2016 uma estratégia de ação com propostas credíveis e concretas direcionadas para a criação de emprego e de riqueza, capazes de estancar a desertificação humana e promover a fixação dos mais jovens, a par de um apoio efetivo à coesão social do concelho. -----

Este não é claramente o Plano e Orçamento apresentado por esta maioria. Constatamos sim que esta maioria PS/CDU se a fazer a gestão corrente do Município, sem apresentar qualquer investimento no desenvolvimento do Concelho. -----

Frequentemente a maioria vem sublinhar as dificuldades de gestão financeira do seu executivo. A receita é simples, de uso fácil e descartadora de iniciativa, ação e inovação, sendo que a receita corrente subiu cerca de 5 milhões relativamente ao ano de 2013. -----

Entendemos que em momentos de crise e quase depressão coletiva, a Câmara Municipal, mais do que juntar-se ao rol de queixas e lamentos, deve assumir-se como protagonista da mudança e agente decisivo de progresso e desenvolvimento. -----

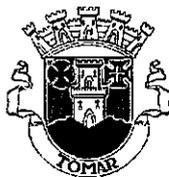
Após a leitura atenta aos documentos temos de confessar que esperávamos mais. Esperávamos uma estratégia clara, uma estratégia de desenvolvimento de progresso e afirmação do concelho na região. E isso não existe, apenas passando por meras intenções desprovidas de qualquer projeto e realidade. -----

Uma estratégia que acreditamos ser possível de elaborar e concretizar e que confira uma dinâmica que corresponda às expectativas dos habitantes de Tomar em matérias como o emprego e desenvolvimento económico, a fixação da população, o desenvolvimento de políticas sociais ativas ou o desenvolvimento e projeção cultural e turística do concelho. -----

Seria expectável que num período de maiores dificuldades se procurassem alternativas de financiamento para novos investimentos que permitissem acrescentar qualidade de vida aos cidadãos do nosso concelho. -----

Na apreciação que fazemos das GOP e do Orçamento não se vislumbra uma política global de resposta à crise. Num momento em que Tomar necessita de uma resposta dos poderes públicos para suprirem as acrescidas dificuldades com que se deparam recebem notícias de diminuição e redução. -----

Sabemos que não é fácil elaborar um documento que agrade a todos e que ao mesmo tempo vá de encontro aos compromissos assumidos. Sabemos isso. Mas mesmo assim consideramos que as Opções do Plano e Orçamento para 2016 poderiam e deveriam ser mais ambiciosos no que concerne a apostas em estratégias e mecanismos de revitalização do tecido económico do



Concelho, no apoio às famílias, aos jovens, aos desempregados. -----
Este Orçamento e GOP para 2016, não tem e não prevê quaisquer ações para o crescimento económico e emprego. -----

Este Orçamento não contribui para o crescimento. -----
A redução sistemática e significativa das despesas de capital, traduz a falta de planeamento estratégico para o concelho e a ausência de projetos no âmbito do Programa Portugal 2020, resultando num investimento quase inexistente. -----

4. QUADRO DE PESSOAL-----

O Documento apresentado apresenta os seguintes lugares a criar no mapa de pessoal para o ano de 2016:-----

Carreira técnica superior-----

De administração pública – 2 -----

De apoio ao consumidor – 1 -----

De arquitetura – 1 -----

De arquivo – 1 -----

De arqueologia – 1 -----

De comunicação e relações públicas – 1 -----

De conservação e restauro – 3-----

De design – 1 -----

De economia e gestão – 3-----

De engenharia civil – 2 -----

De fotografia – 1-----

De recursos humanos – 2 -----

De história – 1 -----

De assistência social – 2 -----

De turismo – 4 -----

Subtotal: 26 lugares-----

Carreira de assistente técnico-----

De coordenador – 3-----

De área administrativa – 15-----

De arquivo – 1 -----

De auditoria e apoio à decisão financeira – 1 -----

De construção civil – 1 -----



9

De desporto - 3-----

De turismo - 5-----

Subtotal: 29 lugares-----

Carreira de assistente operacional-----

De encarregado geral operacional - 1-----

De área auxiliar - 15-----

De área de bombeiros - 5-----

De cantoneiro de limpeza - 3-----

De cantoneiro de vias - 5-----

De carpinteiro - 1-----

De condutor de máquinas e veículos especiais - 2-----

De coeiro - 2-----

De jardineiro e operador silvícola ou sapador - 4-----

De motorista de pesados - 2-----

De motorista de transportes coletivos - 1-----

De parques e instalações - 3-----

De pedreiro - 2-----

Subtotal: 46 lugares-----

Outras carreiras-----

De técnico de informática -5-----

De especialista de informática - 2-----

De fiscal municipal - 5-----

De bombeiro municipal - 20-----

Subtotal: 32 lugares-----

Total: 133 de lugares-----

Analisado o mapa de pessoal da CMT par o ano 2016, não podemos deixar de salientar o seguinte:-----

O mapa de pessoal em questão e sem fundamentação que o suporte, traduz o desnorte desta governação. Esperamos que não sirva apenas para a necessidade imperiosa de dar de bandeja postos de trabalho a quem "bajula" esta governação e a vindouros "afilhados", ciosos dos mesmos.-----

Porque a conjuntura atual não se compadece com esta desmesurada atitude que raia o limiar do danoso;-----



[Handwritten signature]

Porque com esta atuação se está a pôr em risco e a hipotecar os atuais e efetivos postos de trabalho; -----

Porque os lugares a criar não traduzem a real e efetiva necessidade de postos de trabalho para o ano em questão;-----

Porque com esta atuação não se salvaguarda o interesse e o erário públicos; -----

Por último, -----

Porque com esta atuação se vislumbra, mais uma vez, a constante e continuada violação de um dos mais elementares princípios de um Estado de Direito, o Princípio da Legalidade, aliás apanágio desta Governação - PS/CDU;-----

Ora, não encontramos qualquer relação no Orçamento e políticas definidas nas GOP, com o desmesurado, excessivo e descomunal aumento do número de lugares a criar no Quadro de Pessoal. -----

O que a concretizar-se vai hipotecar qualquer ação que se possa fazer no concelho de Tomar, nomeadamente a nível de apoio ao investimento, transferências para as freguesias, solvibilidade da Câmara Municipal e futuro do concelho de Tomar.-----

POR ISSO VOTAMOS CONTRA.”.-----

N.º 03 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS -----

Foi presente a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar, em reunião realizada a 27 de outubro de 2015, submetendo ao Executivo Municipal a seguinte proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos: -----

“Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeito, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

O Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo, no artigo 12.º, que a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.-----

Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo



[Handwritten signature]

locais, aprovado no anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, objeto de delegação por deliberação de 22 de outubro de 2013. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 05 - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO PARA O ANO DE 2016 -----

Foi presente, para conhecimento, o Plano de Atividades e Orçamento da Associação de Municípios Portugueses do Vinho para o ano de 2016, aprovado pela Assembleia Intermunicipal a 13 de outubro de 2015. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: -----

N.º 06 – CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO AO CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOMAR -----

Foi presente a informação n.º 157/2015 do Gabinete de Desenvolvimento Económico, elaborada no seguimento da apresentação de estudo prévio para alteração e ampliação das instalações da creche do Centro de Assistência Social de Tomar, sitas na Rua Conde Ferreira, e da receção do parecer jurídico emitido a propósito da cedência de uma parcela com dois metros de largura, a desafetar do logradouro do estabelecimento de ensino contíguo, titulado pelo Município, bem como o parecer que sobre a pretensão foi emitido pela Direção do Agrupamento de Escolas Templários. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, conforme proposta da Sra. Presidente, deliberou homologar o supra referido parecer jurídico e ainda que o prazo de cedência e as respetivas condições serão fixadas no contrato de cedência.-----

O Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques não tomou parte desta deliberação tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----

N.º 07 – EMPREITADA DE REPARAÇÃO DA IGREJA E DA PORTARIA DO CEMITÉRIO DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS - Receção provisória-----

Foi presente a informação n.º 6253/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para receção provisória da obra de reparação da igreja e da portaria do Cemitério de Santa Maria dos Olivais, adjudicada a COPI – Construções Cívicas, Obras Públicas e Industriais, Lda, conforme contrato celebrado a 8 de setembro de 2015, o qual conclui que a obra se encontra em condições de ser recebida



9

provisoriamente.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria de 23 de outubro de 2015 e receber provisoriamente a obra de reparação da igreja e da portaria do Cemitério de Santa Maria dos Olivais. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 08 – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE CASAIS E ALVIOBEIRA -----

Foi presente a informação n.º 6298/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a cedência de camião à Junta de Freguesia de Casais e Alviobeira, dando origem a uma despesa até 459,00€. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a cedência do equipamento, conforme solicitado. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 09 – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE PAIALVO -----

Foi presente a informação n.º 6133/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de equipamento à Junta de Freguesia de Paialvo, com o custo de 422,10€.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência do equipamento. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 10 – ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS RELATIVOS AO FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VEDAÇÃO ENTRE ESCOLAS -----

Foi presente a informação n.º 2383/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a homologação do Executivo Municipal o parecer jurídico n.º 120/DAJA/2015, de 17 de agosto, emitido no seguimento de reclamação de créditos formulada pelo empreiteiro Sociedade de Construções José Coutinho, SA, relativos a fornecimento e montagem de vedação entre o jardim de infância, campo de jogos e EB1, no valor de 7.952,80€. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o parecer jurídico n.º 120/DAJA/2015, de 17 de agosto.-----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques -----



N.º 11 – RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS RELATIVOS A MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS (ESTALEIRO) ASSOCIADOS AO FASEAMENTO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA -----

Foi presente a informação n.º 2384/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a homologação do Executivo Municipal o parecer jurídico n.º 118/DAJA/2015, de 12 de agosto, emitido no seguimento de reclamação de créditos formulada pelo empreiteiro Sociedade de Construções José Coutinho, SA, relativos a mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos (estaleiro) associados ao faseamento da empreitada de construção da Escola Básica Integrada D. Nuno Álvares Pereira, no valor de 137.103,83€. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o parecer jurídico n.º 118/DAJA/2015, de 12 de agosto.-----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 12 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES-----

REQUERENTE: Associação Cultural e Recreativa da Linhaceira -----

Foi presente o processo 10/2014, relativo à construção do Pavilhão Multiusos na Urbanização da Boavista, em Linhaceira, Freguesia de Asseiceira, em nome de Associação Cultural e Recreativa da Linhaceira, com informações n.º 5237/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a a prorrogação, por dois meses, do prazo do alvará de licença n.º 86/2014, e a isenção das taxas devidas, pelos fundamentos nela constante.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a supra referida informação, deliberou autorizar a prorrogação do prazo do alvará de licença, por dois meses, isentando o requerente do pagamento das taxas devidas pela prorrogação, nos termos do n.º 3 do artigo 44.º do RMUE e da alínea a) do n.º 7 do art.º 10.º do regulamento municipal de Taxas Administrativas e Urbanísticas. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 13 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DE CAMPOS DE TÊNIS – Ténis Clube de Tomar -----

Foi presente a informação n.º 1231/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a



apreciação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização de 4 campos de ténis no Complexo Desportivo Municipal para realização do Torneio de Abertura, nos dias 16 e 17 de outubro de 2015, conforme solicitado pelo Ténis Clube de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ténis Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor de 192,00€ (IVA incluído), nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezoito horas e trinta minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

